

# “Ligue 180” não funciona para todas; como garantir acesso a quem precisa?

[\(ECOIA/Uol | 17/11/2020 | Por Bianca Pedrina, Colaboração para Ecoia, do Nós, Mulheres da Periferia\)](#)

A Lei Maria da Penha é considerada uma das principais políticas públicas voltadas para os direitos das mulheres e contra a violência de gênero. Em vigor desde 2006, o acesso aos serviços de proteção para sua aplicabilidade quando se trata de contextos sociais distintos ainda é um desafio.

A lei assegura o distanciamento do companheiro quando envolve risco para as mulheres, e a criminalização da violência doméstica e familiar contra esse gênero. Ela enumera as formas de violência, não apenas a física, mas também psicológica e patrimonial (que põe em risco todo e qualquer patrimônio construído pela mulher em sua vida).

[\*\*\*Acesse a matéria completa no site de origem.\*\*\*](#)

---

## **Violência doméstica: denúncias no Ligue 180 subiram 14% nos quatro primeiros meses do ano**

*Segundo dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, foram 37,5 mil registros entre janeiro e abril deste ano, contra 32,9 mil no mesmo período do ano passado*

[\*\*\*\(Celina/O Globo, 14/05/2020 - acesse no site de origem\)\*\*\*](#)

As denúncias feitas ao **Ligue 180**, canal do governo federal dedicado a atender [vítimas de violência doméstica](#), cresceram 14% nos quatro primeiros meses de 2020, em relação ao mesmo período do ano passado. Os dados foram divulgados nesta quinta-feira (14) pela **Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos** (ONDH), do **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos** (MMFDH).

O número total de denúncias registradas no primeiro quadrimestre de 2020 foi de 37,5 mil, contra 32,9 mil no mesmo período de 2019, com destaque para mês de abril, que apresentou um aumento de 37,6% no comparativo entre os dois anos.

O possível aumento nos casos de violência doméstica durante o isolamento social imposto pela [pandemia do novo coronavírus](#) foi antecipado e [alertado por organizações](#) e entidades que atuam na defesa dos direitos das mulheres. Logo nas primeiras semanas de confinamento, no mês de março, as ligações para o Ligue 180 subiram 8,5%.

O ministério avalia que uma das principais causas do aumento das denúncias divulgado agora foram as mudanças implementadas nos canais administrados pela pasta, que foram ampliados em resposta ao [efeito da pandemia](#) sobre a violência doméstica. Agora as ocorrências podem ser registradas online pelo novo site da Ouvidoria e pelo aplicativo '**Direitos Humanos Brasil**', lançados nas últimas semanas. Ambas as ferramentas disponibilizam chat e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Em nota publicada no site do ministério, a titular da **Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres** (SNPM), **Cristiane Britto**, o combate à violência contra a mulher é a prioridade da pasta. "Nesse momento, estamos trabalhando com foco no fortalecimento da rede de atendimento e na conscientização de forma emergencial, considerando a pandemia. A expectativa é lançar, até o final do ano, o Plano Nacional de Enfrentamento ao Femicídio", disse.

Entre as iniciativas desenvolvidas pela secretaria está o "Vigilância Solidária", que tem o objetivo de sensibilizar vizinhos para o combate à violência contra a mulher. A medida contou com o apoio de organizações como a Confederação Nacional dos Síndicos e a Associação Brasileira de Síndicos e Síndicos Profissionais.



[Ver essa foto no Instagram](#)



Uma publicação compartilhada por Celina (@projetocelina) em 16 de Abr, 2020 às 5:00 PDT

Os serviços do **Lique 180** e do **Disque 100**, que recebe outras denúncias de violação de direitos humanos, são gratuitos e funcionam 24 horas por dia. Segundo o ministério, os canais recebem mais de 11 mil ligações diárias.

De acordo com a pasta, os canais funcionam como “pronto-socorro” dos direitos humanos, pois atendem também graves situações de violações que acabaram de ocorrer ou que ainda estão em curso, acionando os órgãos competentes e possibilitando o flagrante.

*Por Leda Antunes*

---

## **Deputadas pressionam por ampliação do Ligue 180 na pandemia do novo coronavírus**

*Medida mais eficaz contra o coronavírus, isolamento social pode agravar situação de mulheres que vivem lado a lado com o agressor.*

**[\(HuffPost, 31/03/2020 - acesse no site de origem\)](#)**

Integrantes da bancada feminina da Câmara dos Deputados pressionam o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e líderes partidários para incluir na pauta votação de propostas para combater a **[violência doméstica](#)** no contexto da pandemia do novo **[coronavírus](#)**. O isolamento social aumenta o risco de que mulheres sejam vítimas de agressões.

Em conversas com deputados, Maia afirma que só há acordo para votar propostas diretamente ligadas à pandemia. Por esse motivo, um dos projetos contra a violência doméstica foi adaptado para que a vigência fique restrita ao período em que durar a emergência em saúde pública em razão da covid-19. A expectativa é de que possa ser votada a partir da próxima semana.

O número de casos confirmados do novo coronavírus no Brasil chegou a 4.579, de acordo com balanço divulgado pelo Ministério da Saúde nesta segunda-feira (30). O número de mortes é de 159, em 15 unidades da federação.

Nesta terça-feira (31), a bancada feminina do PSol apresentou uma nova versão do PL 877/19, que amplia a divulgação do Ligue 180. De acordo com o texto, “toda informação que se exiba por meio dos serviços de radiodifusão de sons, radiodifusão de sons e imagem, programação audiovisual, notícias divulgadas na internet em portais, blogs e jornais eletrônicos, sejam de acesso gratuito ou serviço de acesso condicionado, sobre episódios de violência contra a mulher incluirá uma menção expressa ao Disque 180”.

A proposta original foi apresentada pelas deputadas do Psol Talíria Petrone (RJ), Fernanda Melchionna (RS), Samia Bonfim (SP) e Áurea Carolina (MG) em março de 2019, como parte dos esforços envolvendo o mês da mulher daquele ano.

A nova versão, protocolada nesta terça-feira (31), e assinada por líderes de outros partidos de oposição, limita a mudança ao tempo pelo qual durar a emergência de saúde pública decorrente da covid-19.

“O Ligue 180 é um serviço que tem se demonstrado eficaz na defesa e proteção das mulheres vítimas de violência. A ampla divulgação do serviço para a sociedade representa a garantia do direito à vida e à integridade física de milhares de mulheres de uma forma pedagógica, conscientizando a sociedade sobre a gravidade do problema e ampliando o conhecimento sobre os serviços disponíveis”, diz a justificativa da proposta a qual o HuffPost Brasil teve acesso.

Outro PL, apresentado pela deputada Maria do Rosário (PT-RS) também nesta terça visa garantir que os serviços de enfrentamento à violência doméstica como DDMs (Delegacias de Defesa da Mulher) e Defensorias Públicas continuem funcionando durante quarentena em território nacional.

“O poder público deve tomar medidas necessárias para atender as mulheres vítimas de violência, adaptando seus procedimentos de recebimento de denúncias e encaminhamento das vítimas a sistemas de proteção, às circunstâncias emergenciais do período”, diz o texto do projeto.

Segundo comunicado da Prefeitura de São Paulo enviado ao HuffPost, os serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência, em especial as

DDMs, continuam funcionando 24h. Qualquer ocorrência [pode ser registrada online, por meio do site oficial da Polícia Civil do Estado de São Paulo.](#)

A Defensoria Pública de SP informou que todos os atendimentos de urgência estão sendo feitos à distância e por WhatsApp. Entre eles, estão casos de violência contra mulheres; não só notificações mas também pedidos ou avisos de descumprimento de medidas protetivas.

O atendimento à distância é feito pelo Nudem (Núcleo de Defesa das Mulheres Vítimas de Violência de Gênero) e pode ser realizado por mensagem de WhatsApp, no número (11) 9-4220-9995; e gratuitamente pelo 0800-773-4340.

## **Mais chamadas no Ligue 180**

Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, divulgados nesta sexta-feira (27), apontam aumento de 18% entre as denúncias recebidas entre os dias 17 e 25 de março – período em que políticas de isolamento foram intensificadas no País -, comparado ao período de 1º a 16 do mesmo mês.

Detalhamento da pasta aponta que 829 denúncias foram registradas no início do mês, entre os dias 1º e 16 de março. Já entre os dias 17 e 25 do mesmo mês, foram registradas 978. O número de atendimentos cresceu de 3.045 no início do mês para 3.303, no fim do mês — um aumento de 8,5%.

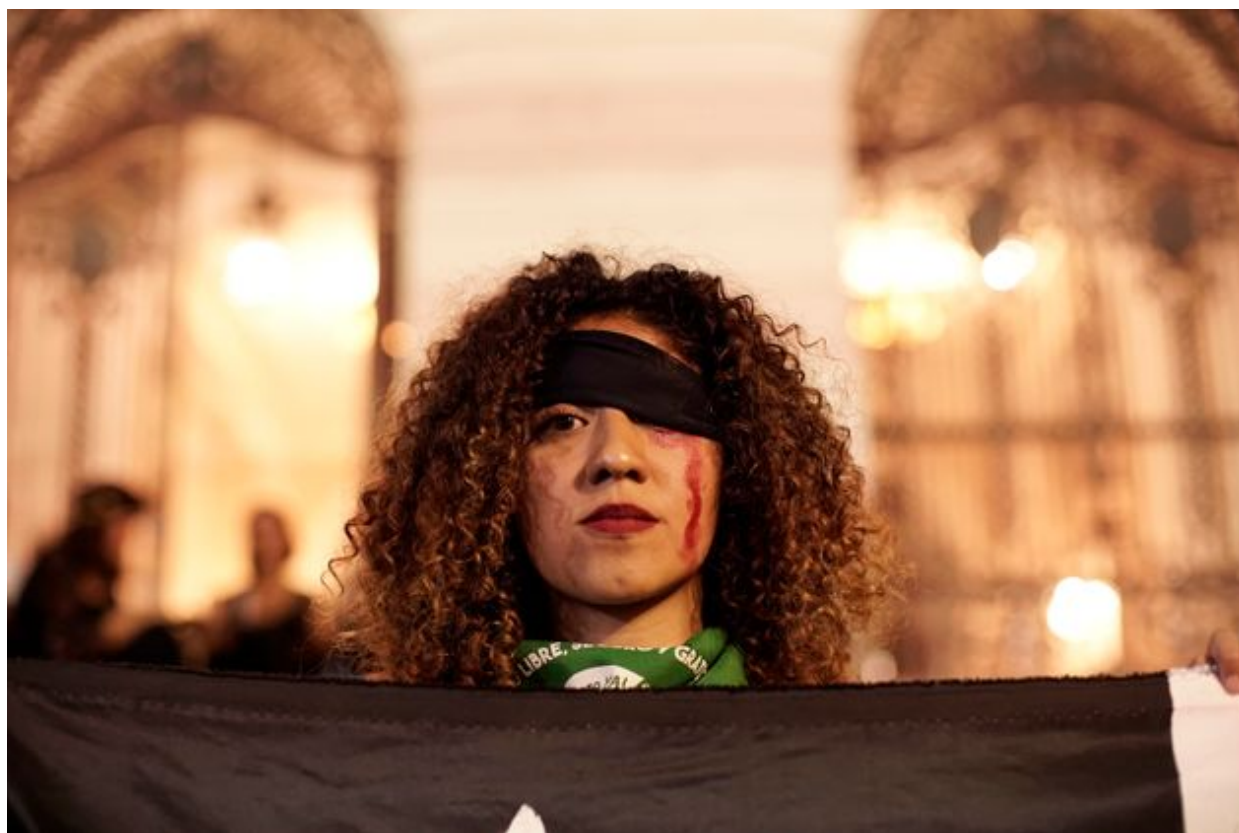
### **Como denunciar violência doméstica no isolamento social**

Procure a Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (DEAM) mais próxima. Em muitas cidades, elas continuam funcionando 24h.

As vítimas podem solicitar na própria delegacia a implementação de medidas protetivas previstas na [Lei Maria da Penha, como restrição do contato e saída do lar.](#) Quando acionadas no momento da ocorrência, o pedido é encaminhado à Justiça.

Em casos em flagrante, a polícia militar pode ser acionada imediatamente, pelo telefone 190 - seja pela vítima ou testemunhas. Além disso, não só denúncias, mas também o atendimento e orientação à vítima de violência doméstica podem ser feitos pelo Ligue 180.

## Por que violência doméstica pode aumentar no isolamento?



*ASSOCIATED PRESS | Os números de agressões às mulheres já são alarmantes no Brasil. De acordo com o Atlas da Violência 2019, entre 2007 e 2017, 39,2% dos homicídios de mulheres no Brasil aconteceram dentro de casa. Já entre os homens, o índice é de 15,9%.*

Especialistas que trabalham na rede de enfrentamento à violência contra a mulher no País já haviam apontado a possibilidade do aumento de agressões neste período. Para as vítimas, a medida mais eficaz contra a disseminação do novo coronavírus no Brasil e no mundo, na verdade, pode ser sinônimo de mais vulnerabilidade.

“A quarentena é essencial neste momento, mas a dimensão de gênero da pandemia existe e é real. Com a redução do convívio social e a proximidade com o agressor, a tendência é que mais conflitos aconteçam por características da própria crise: a existência do medo, da questão financeira, da experiência do isolamento. Não só a mulher fica submetida a um ambiente de violência, como também fica desamparada, sozinha, sem poder contar a

alguém o que está acontecendo”, afirmou Silvia Chakian, promotora de justiça do MP-SP e membro do GEVID (Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica), em [entrevista ao HuffPost Brasil](#).

A jurista lembra que, para além do chamado “ciclo de violência”, em que há um período de pausa nos ataques e, em seguida, o aumento da tensão, há também um padrão do momento em que a agressão acontece. Normalmente, as situações de violência doméstica ocorrem à noite ou aos finais de semana. Com a quarentena e o convívio intenso, podem ficar ainda mais frequentes.

Os números de agressões às mulheres já são alarmantes no Brasil. De acordo com o [Atlas da Violência 2019](#), feito pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, entre 2007 e 2017, 39,2% dos homicídios de mulheres no Brasil aconteceram dentro de casa. Já entre os homens, o índice é de 15,9%.

A pesquisa ainda destaca que as mulheres não estão seguras em nenhum local, mas a trajetória da violência é ainda pior dentro de casa: enquanto a taxa de homicídios de mulheres fora do domicílio subiu 28% em 10 anos, as ocorrências registradas em casa aumentaram 38%. No mesmo período, o homicídio de mulheres negras cresceu 29,9%, enquanto o de não brancas aumentou em 1,6%.

Em nota, a ministra [Damares Alves](#) afirma que “pela nossa experiência, sabemos que o agressor é, na maioria das vezes, uma pessoa da família ou então muito próxima”. “Por isso, durante a quarentena, estamos reforçando os mecanismos que ajudam essas mulheres a denunciar”, acrescenta.

O comunicado ainda diz que ministério tem planos de lançar um aplicativo e um site para o Ligue 180, com a intenção de facilitar o acesso às vítimas e tornar o sistema ainda mais seguro.

Também em 27 de março, a [pasta divulgou um documento](#) em que recomenda aos Organismos Governamentais de Políticas para Mulheres a manutenção dos serviços da rede de atendimento à mulher, respeitando as orientações de segurança sanitária do Ministério da Saúde para a pandemia.



# ONU Mulheres alerta para risco de violência na pandemia

A fim de orientar governos, recentemente, a [ONU Mulheres publicou um estudo sobre as dimensões de gênero na resposta ao novo coronavírus na América Latina](#). Nele, a organização ressalta que “as mulheres continuam sendo as mais afetadas pelo trabalho não-remunerado, principalmente em tempos de crise”.

O documento ainda faz uma série de recomendações, incluindo garantir a continuidade dos serviços essenciais para responder à [violência contra mulheres](#) e meninas.

“As sobreviventes da violência ainda podem enfrentar obstáculos adicionais para fugir dessas situações ou acessar medidas de proteção que salvam vidas e serviços essenciais devido a fatores como restrições ao movimento em quarentena”, diz o documento.

*Por Marcella Fernandes e Andréa Martinelli*

---

## Ligue 180: atendimentos aumentam 8,5% na quarentena

*Segundo a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), foram 3.303 ligações recebidas e 978 denúncias registradas entre 17 e 25 deste mês*

[\(O Globo, 27/03/2020 - acesse no site de origem\)](#)

Dados do Ligue 180 divulgados nesta sexta-feira (27) demonstram que durante a quarentena recomendada como forma de conter a propagação do novo coronavírus houve um aumento de 8,5% no número de ligações para o

canal que recebe denúncias de violência contra a mulher do governo federal.

Segundo a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), a média diária entre os dias 1 e 16 de março foi de 3.045 ligações recebidas e 829 denúncias registradas, contra 3.303 ligações recebidas e 978 denúncias registradas entre 17 e 25 deste mês. No número de denúncias, o aumento registrado foi de 18%.

Especialistas e organizações de defesa dos direitos das mulheres já vinham apontando para a possibilidade de aumento de casos de violência doméstica neste período, uma vez que o confinamento obriga vítimas a conviverem com seus agressores por longos períodos.

“Pela nossa experiência, sabemos que o agressor é, na maioria das vezes, uma pessoa da família ou então muito próxima. Por isso, durante a quarentena, estamos reforçando os mecanismos que ajudam essas mulheres a denunciar”, disse a ministra Damares Alves, em nota publicada no site da pasta. O comunicado diz ainda que o ministério planeja lançar um aplicativo e um site para o Ligue 180, para que as denúncias possam ser feitas de forma mais segura pela vítima.

Mulheres vítimas de violência no Rio de Janeiro podem registrar denúncia pelo Ligue 180, do governo federal, podem acionar a Polícia Militar, pelo 190, ou podem registrar boletim de ocorrência junto às delegacias da mulher, que continuam funcionando 24 horas por dia em todo o estado, ou em qualquer delegacia comum. O atendimento especializado na Defensoria Pública também segue em funcionamento, mas à distância, por e-mail e por telefone (21 2332-6371 - nudem.defensoriarj@gmail.com).

— As mulheres acabam ficando mais vulneráveis em uma situação como essa, mas isso não as impede de buscar ajuda. Os casos emergenciais continuam sendo atendidos. Esses serviços não vão deixar de funcionar — alertou promotora de Justiça Lúcia Iloízio, sub-coordenadora criminal do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

---

# Gestos vazios do governo para as mulheres, por César Muñoz Acebes

*Com Damares, falta investimento e sobra marketing*

[\(Folha de S.Paulo, 10/01/2020 - acesse no site de origem\)](#)

A ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, [Damares Alves](#), convocou uma coletiva de imprensa em 25 de novembro, Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres. Ela [permaneceu em silêncio](#) por longos 30 segundos na frente das câmeras de televisão e saiu. Mais tarde, explicou aos repórteres que foi de propósito para fazê-los ver “como é difícil uma mulher ficar em silêncio. É muito ruim tirar a voz de uma mulher”.

Damares queria atrair atenção para uma nova campanha publicitária de combate à [violência contra as mulheres](#). De acordo com um comunicado divulgado por seu ministério, a ministra falou “sobre inúmeras políticas e leis voltadas às mulheres já implementadas nesta gestão”.

E, no entanto, o financiamento federal de projetos para proteger as mulheres secou desde janeiro do ano passado, quando o presidente Jair assumiu. O orçamento da Secretaria de Políticas para as Mulheres, que faz parte do ministério de Damares, foi cortado em 27% em 2019, de acordo com dados obtidos pela Human Rights Watch por meio da Lei de Acesso à Informação. Além disso, dos R\$ 51 milhões alocados pelo Congresso em 2019, a secretaria havia usado apenas cerca de 40% (R\$ 20 milhões) em novembro.

Mais de 90% de todo o dinheiro que a secretaria gastou foi destinado à manutenção do Ligue 180, uma linha telefônica criada em 2005 por meio

da qual mulheres podem denunciar atos violentos e receber informações sobre os serviços disponíveis. No entanto, o investimento do governo federal nesses serviços de atendimento foi mínimo.

Serviços de apoio adequados, que o governo federal deveria desenvolver e financiar em cooperação com autoridades municipais e estaduais, podem fazer a diferença para [milhares de mulheres](#). Uma delas é uma jovem de 27 anos, mãe de dois filhos, que conheci em outubro em Boa Vista, Roraima, estado com o maior índice de assassinatos de mulheres no país. Ela me contou que sofreu violência doméstica por nove anos e denunciou essa situação à polícia cinco vezes, mas “a polícia não fez nada”.

Em fevereiro, ela deixou o parceiro e foi morar com a irmã, mas o parceiro da irmã também era abusivo. Depois de dois meses fora de casa, essa mãe não conseguia encontrar um lugar seguro para morar com seus filhos. Não teve outra alternativa senão voltar com o parceiro e “à violência”, resumiu.

Em 16 de outubro, seu parceiro a espancou brutalmente na frente dos filhos. “Pensei que ia morrer”, lembrou, entre lágrimas. Desta vez, ela denunciou a agressão à polícia na [Casa da Mulher Brasileira](#) de Boa Vista, uma instalação inaugurada em dezembro de 2018 e que possui uma delegacia da mulher, um abrigo temporário e fornece apoio psicológico, além de outros serviços especializados. Pela primeira vez essa mulher viu a polícia realmente responder à sua denúncia e procurar o agressor. Ela também obteve uma medida protetiva, que proíbe o ex-parceiro de se aproximar. E lá ficou por dois dias no abrigo temporário, onde eu a conheci.

“Esta casa é muito importante”, disse ela. “É um lugar de esperança. Eu posso deixar a violência para trás.” [Existem cinco casas semelhantes no país](#), incluindo uma em São Paulo que a ministra Damares inaugurou em 11 de novembro. Mas, até o começo daquele mês, o governo Bolsonaro gastou zero real dos quase R\$ 13 milhões alocados pelo Congresso para construir casas adicionais em 2019, de acordo com os dados obtidos pela Human Rights Watch.

A campanha publicitária que Damares lançou em 25 de novembro promove o slogan: “Se uma mulher perde a voz, todas perdem”. Deveria dizer “todos

perdemos”. E campanhas publicitárias são de pouca ajuda se o governo federal não investir nos serviços e políticas de que as mulheres precisam desesperadamente.

*César Muñoz Acebes*

*Pesquisador Sênior da ONG Human Rights Watch no Brasil*

---

## **Denúncias de violência física, moral e psicológica aumentam cerca de 19,96% no Ligue 180**

Oferecido pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), o Ligue 180 (Central de Atendimento à Mulher) registrou o total de 11.132 denúncias de violência física (7.854), moral (2.401) e psicológica (877) até o último dia 26. Os números são referentes a janeiro e fevereiro, um aumento de 19,96% em relação ao mesmo período do ano passado.

**[\(MDH, 08/03/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

Neste contexto, a ministra Damares Alves afirma que o canal de denúncias visa contribuir para a diminuição da impunidade. “O nosso objetivo é atuar na prevenção dos crimes. Nos casos que já ocorreram, nosso foco consiste no apoio às vítimas e punição dos agressores. O Ligue 180 recebe denúncias dos diversos tipos de violência, seja física, sexual, moral, psicológica, patrimonial. Todos os casos precisam ser denunciados”, enfatiza.

### **Ano anterior**

Em 2018, o Ligue 180 registrou 8.910 denúncias de violência física, moral e psicológica, nos meses de janeiro e fevereiro. O total do ano foi de 58.815 casos.

## **Ligue 180**

O canal gratuito funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana, no Brasil e em outros 16 países: Argentina, Bélgica, Espanha, EUA (São Francisco e Boston), França, Guiana Francesa, Holanda, Inglaterra, Itália, Luxemburgo, Noruega, Paraguai, Portugal, Suíça, Uruguai e Venezuela. O serviço também pode ser acionado por meio do aplicativo Proteja Brasil.

“O Ligue 180 atua para além das fronteiras brasileiras, pois ele alcança a mulher brasileira vítima de violência em pelo menos 16 países, trabalhando com a prevenção, o apoio e amparo às vítimas de violência e refugiadas”, ressalta a secretária nacional de Políticas para Mulheres do ministério, Tia Eron.

Além de registrar denúncias de violações contra mulheres, encaminhá-las aos órgãos competentes e realizar seu monitoramento, o Ligue 180 também dissemina informações sobre direitos da mulher, amparo legal e a rede de atendimento e acolhimento.

---

# **Crimes sexuais: Ligue 180 registra 502 denúncias em menos de 60 dias**

O Ligue 180 (Central de Atendimento à Mulher) recebeu 502 denúncias de crimes sexuais até o último dia 26. Os números, referentes aos meses de janeiro e fevereiro deste ano, indicam ocorrências em todas as regiões do país. O canal de denúncias é oferecido pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Dos casos registrados, 155 foram sobre assédio sexual, 195 estupros, 14 estupros coletivos, nove casos de exploração sexual - prostituição, 50 de importunação sexual e 79 registros de violência sexual no âmbito da violência doméstica e familiar.

[\(MDH, 08/03/2019 - acesse no site de origem\)](#)

“Temos que começar a trabalhar na prevenção. Nestes casos que já aconteceram, é punição, é cadeia, é reparação. E acompanhamento psicológico das vítimas. Esta pauta é prioridade. Nosso objetivo é apoiar todas as mulheres que sofreram agressões e proporcionar meios para que as denúncias sejam feitas, além de contribuir para a punição dos agressores”, ressalta a ministra Damares Alves.

Sobre o tema, a titular do MMFDH destaca, ainda, a necessidade de aumentar a pena para acusados de abuso sexual, com ênfase nos líderes religiosos.

“Eu já anunciei uma proposta legislativa que, quando o abusador for sacerdote, a pena seja agravada. Estamos trabalhando nisso. Acrescento que nós estamos vivendo um novo momento no Brasil, em que a vítima começa a ter prioridade nesta nação, em que os direitos humanos serão destinados também às vítimas”, afirmou.

## **Secretaria**

Sobre o combate aos crimes sexuais, a secretária nacional de Políticas para Mulheres do ministério, Tia Eron, afirma que o órgão “está promovendo campanhas publicitárias, visando estimular as denúncias das mulheres vítimas de violência sexuais, pois o silêncio e o medo ainda imperam”. Ela acrescenta que, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 52% das mulheres não denunciam seu agressor.

“Além das campanhas estamos promovendo o fortalecimento da rede de proteção à mulher para garantir um atendimento qualificado, evitando assim sua revitimização”, completa.

## **Histórico**

No ano 2018, foram registradas 730 denúncias de violência sexual nos meses de janeiro e fevereiro, somando 4.491 ocorrências ao término do ano. Em 2017, os dois primeiros meses tiveram 458 registros, com o total de 3.696 casos.

## **Ligue 180**

O canal gratuito funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana, no Brasil e em outros 16 países: Argentina, Bélgica, Espanha, EUA (São Francisco e Boston), França, Guiana Francesa, Holanda, Inglaterra, Itália, Luxemburgo, Noruega, Paraguai, Portugal, Suíça, Uruguai e Venezuela.

O serviço também pode ser acionado por meio do aplicativo Proteja Brasil. Além de registrar denúncias de violações contra mulheres, encaminhá-las aos órgãos competentes e realizar seu monitoramento, o Ligue 180 também dissemina informações sobre direitos da mulher, amparo legal e a rede de atendimento e acolhimento.

---

# **Ligue 180 recebe quase 18 mil denúncias nos dois primeiros meses do ano**

Canal de denúncias oferecido pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), o Ligue 180 (Central de Atendimento à Mulher) recebeu 17.836 denúncias até o último dia 26, um aumento de cerca de 36,85% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os números – referentes a janeiro e fevereiro – são alusivos a casos como cárcere privado, feminicídio, trabalho escravo, tráfico de mulheres e violências física, moral, obstétrica e sexual.

**[\(MDH, 08/03/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

“O Ligue 180 representa o compromisso do Governo Federal com as políticas públicas de combate à violência contra a mulher. No que tange às ações específicas, o ministério também está empenhado em mudar realidades. Nesta gestão, todas nós temos voz e seremos ouvidas”, afirma a ministra



Damare Alves.

Os estados com os maiores números de ocorrências no período são Rio de Janeiro (3.543), São Paulo (3.263), Minas Gerais (2.122), Bahia (1.232) e Rio Grande do Sul (1.033).

“A Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres do ministério tem como prioridade elaborar e implementar políticas públicas para o enfrentamento da escalada da violência contra as mulheres, com ações eficazes que propiciem a promoção da autonomia feminina e a segurança necessárias à garantia dos seus direitos. O Ligue 180 tem papel imprescindível por se tratar de um importante canal de coleta de dados para a formulação de políticas públicas, e para a articulação da Rede de Proteção às mulheres em situação de violência” afirma a secretária Tia Eron.

## **Anos anteriores**

Em 2018, nos meses de janeiro e fevereiro foram registradas 11.263 denúncias, com um total de 92.323 no ano. No ranking anual, São Paulo (16.802), Rio de Janeiro (15.178), Minas Gerais (9.810), Bahia (6.716) e Distrito Federal (5.836).

Em 2017, o número referente aos dois primeiros meses é de 12.368 denúncias, sendo 73.669 casos durante o ano. No total, São Paulo registrou 13.190 denúncias, sendo 12.215 no Rio de Janeiro, 7.984 em Minas Gerais, 6.469 na Bahia e 4.165 no Rio Grande do Sul.

## **Ligue 180**

O canal gratuito funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana, no Brasil e em outros 16 países: Argentina, Bélgica, Espanha, EUA (São Francisco e Boston), França, Guiana Francesa, Holanda, Inglaterra, Itália, Luxemburgo, Noruega, Paraguai, Portugal, Suíça, Uruguai e Venezuela.

O serviço também pode ser acionado por meio do aplicativo Proteja Brasil. Além de registrar denúncias de violações contra mulheres, encaminhá-las aos órgãos competentes e realizar seu monitoramento, o Ligue 180 também dissemina informações sobre direitos da mulher, amparo legal e a rede de

atendimento e acolhimento.

---

# **Violência doméstica é ato de covardia e precisa ser coibida, diz Moro**

*Governo vai usar tecnologia para combater crimes contra mulher*

**[\(Agência Brasil, 08/03/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, e a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves, assinaram hoje (8) acordo de cooperação técnica para combater a violência doméstica no Brasil. A proposta do governo federal, segundo Moro, é “incrementar” a utilização de tornozeleiras eletrônicas e de outros tipos de dispositivo - como o chamado botão de pânico que, ao ser acionado, envia uma mensagem com a localização da pessoa para agentes de segurança.

“A violência doméstica, não preciso dizer, todos sabem, é um grande problema. É um ato de covardia e isso tem que ser coibido. Uma das formas de coibir isso é através de mecanismos tecnológicos. Nós já os temos no Brasil, mas o uso precisa ser mais disseminado”, destacou, ao citar a queda no percentual de utilização das tornozeleiras no Brasil entre 2016 e 2017.

De acordo com o ministro, das cerca de 51 mil tornozeleiras eletrônicas disponíveis no país, apenas 2,83% estão sendo utilizadas para combater esse tipo de crime. “As tornozeleiras já existem, mas estão sendo utilizadas mais frequentemente em outras situações do que para prevenir a violência doméstica”.

Questionado se haverá compra de novas tornozeleiras ou se tornozeleiras

utilizadas em outros crimes serão redirecionadas para o combate à violência doméstica, Moro disse que “todas as hipóteses são possíveis”.

## **Ligue 180**

Os ministérios agora têm 30 dias para assinar um plano de trabalho que vai detalhar metas, cronograma e atribuições de responsabilidade de cada órgão e de instituições parceiras. O início da coleta de dados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública deve ocorrer no prazo de até 15 dias, a contar da publicação do documento. O acordo de cooperação técnica terá duração de 24 meses.

Dados do Ligue 180 (Central de Atendimento à Mulher) divulgados durante a assinatura do acordo revelam que 17.836 denúncias foram registradas até o último dia 26 - um aumento de cerca de 36% em relação ao mesmo período do ano passado. Os números, de acordo com o governo federal, são alusivos a casos como cárcere privado, feminicídio, trabalho escravo, tráfico de mulheres e violência física, moral, obstétrica e sexual.

“Infelizmente, nesta nação, os números ainda nos assustam”, disse Damares, ao apresentar o balanço. “No quesito violência contra a mulher, a gente se assusta cada vez que faz um levantamento”, completou, ao afirmar que é preciso avançar no combate à violência doméstica.

## **Campanha**

Após o balanço, a ministra lançou a campanha Salve uma Mulher, voltada para profissionais como cabeleireiros, manicures, maquiadores e outros capazes de identificar sinais de violência contra a mulher. A ideia, segundo ela, é enfrentar a violência contra o público feminino por meio de ações que visem conscientizar para a responsabilidade de todos - em especial, profissionais que lidem com as mulheres todos os dias, como no campo da beleza.

“Eles poderão orientar suas clientes, considerando essa relação que, muitas vezes, é de confiança. Todos os casos de agressões devem ser denunciados”, concluiu Damares.

# Desde 2009, 3 mil mulheres foram vítimas de feminicídio

*Na última década, o pico de ocorrências foi registrado em 2015, ano em que o feminicídio foi incluído no Código Penal como crime hediondos*

**[\(Terra, 22/08/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

Quase dez mil mulheres foram vítimas de feminicídio ou tentativas de homicídio por motivos de gênero nos últimos 9 anos, segundo levantamento da Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180). Desde 2009, a central registrou denúncias de morte de pelo menos 3,1 mil mulheres e outras 6,4 mil foram alvo de tentativa de assassinato.

Na última década, o pico de ocorrências foi registrado em 2015, ano em que o feminicídio foi incluído no Código Penal brasileiro como qualificador de homicídio e no rol de crimes hediondos. Naquele ano, a central recebeu 956 registros de assassinatos de mulheres, contra 69 mortes apontadas no ano anterior.

O número de denúncias, entretanto, está muito aquém das ocorrências de feminicídio. Segundo o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, só em 2016, cerca de 4.635 mulheres foram mortas por agressões, uma média de 12,6 mortes por dia.

A secretária nacional de Mulheres, Andreza Colatto, explica que ainda há subnotificação de denúncias e alerta que muitos casos de assassinato de mulheres poderiam ser evitados. “Quando nós interrompemos um ciclo de violência contra uma mulher por meio de uma denúncia simples salvamos muitas vidas”, afirma ela.

## **Entenda como funciona a Lei Maria da Penha**

Andreza lembra que o Ligue 180 pode ser acionado em todo o território nacional e em mais 16 países. “A denúncia pode ser feita anonimamente. Ninguém se compromete ao denunciar, apenas apoia e auxilia mulheres que ficam desprovidas de coragem para fazer essas denúncias. É necessário que a sociedade se empenhe na ajuda contra esse problema tão grave que, todos os dias, tem registrado aumento de casos no Brasil”, reforça.

## **Ponta do iceberg**

O assassinato de mulheres em razão da condição feminina é a expressão mais grave dos vários tipos de violência de gênero. Segundo a Central, desde 2009 foram relatados quase 737 mil casos de violência doméstica - mais de 80% do total de denúncias recebidas no canal. Das agressões denunciadas em ambiente familiar nos últimos anos, quase 60% são físicas e cerca de 30% psicológicas, tipos de violência que geralmente precedem o crime do feminicídio.

De acordo com a chefe do Centro Especializado de Atendimento à Mulher (Ceam) do Distrito Federal, Graciele Reis, a violência doméstica é o crime mais identificado nos relatos de mulheres.

“Violência doméstica é o carro-chefe. Normalmente, quando a mulher busca ajuda já chegou na violência física. Para que ela entenda que está passando por uma violência psicológica, realmente está no ápice da humilhação, do isolamento”, alerta a assistente social.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), um terço das mulheres do mundo já sofreu alguma vez na vida violência física e/ou sexual. A organização estima que mulheres expostas à violência doméstica têm duas vezes mais chance de desenvolver depressão e/ou uso abusivo de álcool.

## **Violência psicológica**

Graciele destaca que a melhor forma de prevenir o feminicídio é identificar os casos de violência psicológica. Mas, em geral, as mulheres não conseguem compreender que vivem uma situação de abuso e são submetidas, por muitos

anos, aos excessos de maridos e companheiros. “O (abuso) psicológico precisa estar quase na violência física para ela compreender que está numa relação violenta. Ela tem de estar sofrendo muito já.”

Casos de violência sexual e patrimonial dentro do casamento também são menosprezados, segundo a assistente social. “Fica naquela cultura, ‘eu trabalho, mas ele administra meu dinheiro porque sabe usar melhor’ e isso tudo vai podando a mulher de ter a liberdade, de ter autonomia, de fazer o que ela quiser com o dinheiro do próprio trabalho”, analisa Graciele.

### **Veja abaixo: candidatos falam sobre situação da mulher brasileira**

“Todo mundo entende violência sexual como aquele estupro que puxa, rasga roupa. Mas aquela fala do homem ‘você é fria, você não quer nunca’, ‘você é minha mulher e tem de cumprir também esse papel’; ele fica mal-humorado, ela cede para ele não ficar grosseiro, as mulheres não compreendem isso como violência sexual”, ressalta.

Para a vice-presidente do Instituto Maria da Penha (IMP), Regina Célia Almeida Silva Barbosa, é importante ficar atento a agressões verbais e importunações que, muitas vezes, são vistas com naturalidade. “Feminicídio não começa com feminicídio. Ele começa nas sutilezas daquilo que muitas vezes o autor da violência entende como uma permissão (da mulher)”, afirma.

O Ceam atende mulheres de diferentes perfis sociais - desde pessoas em situação de rua até mulheres ricas. Em comum, elas têm o medo de retaliação do companheiro e de serem julgadas pela sociedade, a falta de informação sobre os tipos de violência e as dificuldades de expor o problema, principalmente na esfera policial e criminal.

“Já atendemos mulheres que passaram por violências físicas graves, dente arrebatado, facada, tiro, paulada... Não é fácil se deslocar de casa (para denunciar), não é fácil criar coragem, mas há vários casos de superação”, disse Graciele.

### **Acolhimento e prevenção**

Márcia (nome fictício), de 44 anos, é um das mulheres atendidas pelo Ceam

que tem superado o medo e o trauma da violência doméstica. Durante os anos de casada, ela foi impedida de estudar e trabalhar por ciúmes desmedidos do marido. O desejo de encerrar o relacionamento de oito anos tornou o companheiro mais agressivo. Ele se recusou a deixar a casa e passou a humilhar e maltratar a mulher.

### **Relembre: marcha em SP pelo fim da violência contra a mulher**

“Eu estava triste, porque não estava mais dando certo e eu vi que já estava começando a ficar doente, não estava mais aguentando. Eu estava tão abalada que não sabia o que fazer. A gente fica sem chão, sem rumo, sem forças”, relata ela.

Márcia passou a perceber que ele estava a ponto de agredi-la. Prevendo o pior, decidiu buscar ajuda. “Liguei no 180, conversei, desabafei um pouco, porque eu estava vendo que eu tinha de me movimentar, porque se eu não me mexesse, eu já estava enxergando o que ia acontecer”, completou.

Ela também recorreu ao Ceam, onde recebeu atendimento psicológico e assistência social. “Elas perceberam que eu estava precisando e começaram a me atender. Ali é um meio de ajudar as mulheres que passam por problemas de violência, não só física, mas psicológica. Realmente fortalece, porque quando a gente se sente esmagada, triturada por alguém é como se não tivesse ninguém para te acolher, te amparar”, conta.

Quando Márcia buscou apoio, o ex-companheiro saiu de casa, intimidado pela iniciativa da mulher de denunciar a situação. Hoje, ela cursa faculdade e já está aconselhando amigas da vizinhança que passam por situações de violência a buscarem ajuda.

“Se todas as mulheres que passam por isso pudessem evitar a partir desse momento da agressão psicológica, antes de chegar à agressão física, eu acho que já seria um grande fato para evitar esse número de mortes”, afirma.

### **Dificuldade**

Na experiência diária de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, a chefe do Ceam do Distrito Federal diz que há uma dificuldade

dos policiais e dos operadores da Justiça de enquadrar o abuso psicológico - como o caso de Márcia -, se não estiver acompanhado de uma evidência como xingamento ou lesão corporal.

“Precisa trazer a violência psicológica à luz, porque isso tem destruído as mulheres que acabam desenvolvendo transtornos mentais muito sérios. E, infelizmente, o Estado ainda não está preparado para ouvir essas vítimas de forma qualificada”, critica Graciele.